ASSOCIAÇÃO “UM TETO PARA MEU PAÍS - BRASIL”

Ata da Assembleia Geral de Constituição
realizada em 1º de setembro de 2008

I. - LOCAL, DATA E HORA:

A Assembleia Geral de Constituição foi realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Paulista, 2444, 10º andar, conjunto 104, Bela Vista, CEP 01310-300, no dia 1º de setembro de 2008, às 10 horas.

II. - PRESENÇA:

Estavam presentes as seguintes pessoas, que se tornaram associados fundadores da Associação “Um Teto Para Meu País - Brasil”: (a) Fundación Un Techo Para mi País, associação sem fins lucrativos constituída sob as leis do Chile, com sede social na Cidade de Santiago do Chile, Chile, na Avenida Departamental, nº 440, Comuna de San Joaquín, inscrita no CNPJ sob o nº 10.287.473/0001-75, neste ato representada por seu procurador, José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Hungria, 1.100, Jardim Europa, CEP 01455-000, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.764.639-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.330.768-51; e (b) Orden Religiosa de la Compañía de Jesús, ordem religiosa constituída sob as leis da Arquidiocese de Santiago, Chile, com sede social na Cidade de Santiago do Chile, Chile, na Rua Alonso de Ovalle, 1.480, neste ato representada por seu procurador, José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles, acima qualificado.

III. - MESA:

Presidente: Sr. Mario José Navarro Rodríguez; Secretário: Sr. Ricardo Moyano Monreal.

JUR.SP 778177624 4698.243873
IV. - ORDEM DO DIA:

(i) deliberar sobre a constituição da Associação "Um Teto Para Meu País - Brasil" e aprovar seu Estatuto Social;

(ii) proceder à eleição dos membros da Diretoria Executiva e fixar-lhes os respectivos mandatos;

(iii) deliberar a respeito da instalação do Conselho Fiscal; e

(iv) deliberar sobre o início das atividades da Associação "Um Teto Para Meu País - Brasil" e consequente finalização do processo de registro perante as autoridades competentes.

V. - DELIBERAÇÕES TOMADAS:

Item (i) da Ordem do Dia – Os associados acima qualificados deliberaram a respeito da constituição da Associação "Um Teto Para Meu País - Brasil", que se regerá de acordo com os termos e condições previstos no Estatuto Social que foi discutido e aprovado pelos associados, conforme abaixo transcrito:

"ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO "UM TETO PARA MEU PAÍS - BRASIL"

CAPÍTULO I. - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. - Fica fundada, ao 1º (primeiro) dia de setembro de 2008, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2444, 10º andar, conjunto 104, Bela Vista, CEP 01310-300, a associação sem fins lucrativos, denominada "Um Teto para Meu País - Brasil", doravante denominada simplesmente "Associação", que se regerá pelo presente Estatuto Social
("Estatuto Social"), nos termos da legislação vigente, com prazo de duração indeterminado. A Associação foi fundada pela Fundación Un Techo Para Mi País (doravante denominada simplesmente "UTPMP CHILE"), uma entidade sem fins lucrativos, constituída de acordo com as leis do Chile, com sede na cidade de Santiago do Chile, e pela Orden Religiosa de la Compañía de Jesús, uma ordem religiosa constituída sob as leis da Arquidiocese de Santiago, Chile, com sede na cidade de Santiago do Chile ("Compañía de Jesús"). A Associação está sujeita às diretrizes, regulamentos e orientações da UTPMP CHILE.

Artigo 2. - A Associação reconhece em seus fundamentos a inspiração da doutrina social da Igreja Católica, em particular as orientações da Compañía de Jesús, e tem como objetivo:

(a) promover e proporcionar soluções habitacionais às pessoas que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza;

(b) desenvolver projetos de intervenção nos assentamentos habitacionais mais necessitados, de modo a promover o desenvolvimento integral de seus habitantes; e

(c) dedicar-se à capacitação técnica focada particularmente no desenvolvimento de habilidades práticas ou ofícios.

Parágrafo 1º - Para consecução dos objetivos mencionados acima, a Associação de maneira nenhuma incentivará, ou de forma qualquer promoverá, a invasão ilegal de terrenos.

Parágrafo 2º - Para a consecução dos objetivos mencionados acima, a Associação poderá:

(a) desenvolver projetos de intervenção nos assentamentos, de modo a promover o desenvolvimento integral de seus habitantes;

(b) apoiar, formar e capacitar os dirigentes dos assentamentos;
(c) promover, colaborar e impulsionar técnica e economicamente pessoas;

(d) prestar assessoria às associações de moradores cuja finalidade seja obter acesso à habitação digna;

(e) favorecer o desenvolvimento econômico de pessoas que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, facilitando a criação de negócios e microempresas, prestando ajuda financeira e fornecendo dinheiro e bens, com a finalidade de promover a capacitação dos indivíduos, com o intuito de se ter acesso à habitação e ao aumento de renda;

(f) impulsionar e facilitar o desenvolvimento produtivo nas populações de baixa renda;

(g) participar de projetos imobiliários destinados à população de baixa renda;

(h) adquirir terrenos para construção de habitações para a população de baixa renda;

(i) associar-se a instituições e pessoas que persigam metas similares às da organização, visando a cumprir, da melhor forma possível, os objetivos mencionados;

(j) prestar assessoria jurídica, técnica e financeira aos moradores de baixa renda, visando o acesso à habitação e à melhoria de suas condições de vida;

(k) promover, perante os órgãos públicos, nacionais ou internacionais, políticas e planos de acesso à habitação adequadas e de melhoria das condições de vida da população de baixa renda;

(l) formar e educar os moradores de baixa renda e suas famílias;

(m) proporcionar capacitação técnica para ofícios;
(n) prestar assessoria a pessoas e instituições em matérias relacionadas ao objeto da Associação;

(o) celebrar quaisquer contratos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;

(p) adquirir ou alienar, a qualquer título, bens móveis ou imóveis;

(q) criar ou participar da criação de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, destinadas ao cumprimento de funções iguais, similares, conexas ou complementares às suas, ou participar delas, sob a autorização expressa do escritório central da UTPMP CHILE;

(r) celebrar e cumprir contratos e convênios nacionais e internacionais;

(s) adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens móveis ou imóveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu objeto social;

(t) organizar e convocar seminários, convenções, eventos e todos os tipos de reuniões que tenham por objeto promover as atividades desenvolvidas pela Associação;

(u) realizar estudos, publicar, editar, imprimir e distribuir folhetos, boletins, revistas, periódicos e livros em geral, produzir e fazer uso de todo tipo de meios audiovisuais destinados a difundir as atividades desenvolvidas pela Associação; e

(v) em geral, realizar todos os atos e assinar todos os contratos necessários para o desenvolvimento de seu objeto.

**Artigo 3.** - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.
Parágrafo Único - Para cumprimento de seu propósito, a Associação atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

CAPÍTULO II. - ASSOCIADOS - FUNDADORES

Artigo 4. - São associados fundadores da Associação aqueles que assinaram a ata de constituição e não excluídos por força de ocorrências ulteriores.

Artigo 5. - Os associados fundadores ou seus sucessores poderão, por maioria simples, vetar qualquer resolução ou pessoa indicada pelos demais órgãos da Associação.

Artigo 6. - Serão considerados “associados” todos aqueles que compartilharem os ideais da Associação e se apresentarem como sócios colaboradores para compor o rol que constitui a assembleia geral. É permitida a participação de servidores públicos na administração da Associação, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Parágrafo Único - Todas as pessoas interessadas em ingressar no quadro social da Associação deverão solicitar sua inscrição mediante apresentação de proposta que será submetida à Diretoria, na qual constará a qualificação, endereço, profissão, se pessoa física, e objeto, se jurídica, a espécie e o valor da contribuição a ser feita, se houver.

Artigo 7. - São direitos dos associados:

(a) votar e ser votado para os cargos eletivos; e
(b) tomar parte nas Assembléias Gerais.
Parágrafo Único - Os associados que ingressarem na Associação como sócios colaboradores não terão os direitos indicados neste Artigo 7º, exceto em casos autorizados pelos associados fundadores.

Artigo 8. - São deveres dos associados:

(a) cumprir as disposições estatutárias;

(b) acatar as decisões da Diretoria; e

(c) apresentar, por escrito, seu pedido de desligamento à Diretoria.

Artigo 9. - O associado que desejar desligar-se da Associação deverá fazê-lo mediante o envio de pedido por escrito, dirigido à Diretoria, sendo que o associado será considerado desligado da Associação na data do despacho da Diretoria que conhecer do pedido de desligamento.

Artigo 10. - Dependerá da aprovação da maioria dos associados, devidamente reunidos em Assembleia Geral, a destituição por justa causa de qualquer associado de seu quadro, em virtude de conduta ou procedimento não condizentes com os princípios que norteiam as atividades sociais.

Parágrafo Único - O associado a ser destituído será convocado para apresentar a sua defesa em Assembleia Geral, com antecedência mínima de sete dias. Da decisão da Assembleia Geral caberá recurso, a ser analisado e votado em nova Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim em no máximo cinco dias contados da realização da Assembleia Geral relativa à destituição do associado.

CAPÍTULO III. - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. - A Associação é administrada por:

(a) uma Assembleia Geral;
(b) uma Diretoria; e
(c) um Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV. - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12. - A Assembleia Geral é constituída por todos os associados que integram a Associação.

Artigo 13. - À Assembleia Geral compete:

(a) dirigir a Associação em conformidade com o Estatuto Social e zelar pelo cumprimento de suas finalidades;

(b) aprovar a política de administração de pessoal, através da criação de cargos e fixação específica de remunerações;

(c) emitir os regulamentos internos da Associação;

(d) vigiar o funcionamento da Associação;

(e) interpretar o Estatuto Social com autoridade e propriedade;

(f) eleger e destituir livremente o representante legal da Associação e o seu suplente;

(g) propor os empregos que considerar necessários para o bom funcionamento da Associação;

(h) delegar ao representante legal ou a qualquer outro associado as funções que estimar convenientes;

(i) autorizar o representante legal e o Diretor Presidente a comprar, vender ou
onerar bens e celebrar contratos cujo valor exceda a importância de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato;

(j) examinar, quando os tenha disponíveis, os livros e registros contábeis e o caixa da Associação;

(k) receber as propostas apresentadas pelos sócios colaboradores e considerar suas possíveis aplicações; e

(l) desempenhar as demais funções que não tenham sido atribuídas a outra autoridade e aquelas que as disposições legais e o Estatuto Social lhe atribuírem.

Parágrafo Único - A Associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios.

Artigo 14. - A Assembléia Geral, presidida pelo Diretor Presidente e, na sua falta, pelo Diretor Vice-Presidente ou Secretário, reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano para checar as contas, o relatório e o projeto de orçamento, apresentado pela Diretoria da Associação e eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, quando for o caso, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Único - A Associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios.

Artigo 15. - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente, e, na sua falta, pelo Diretor Vice-Presidente ou Secretário. As convocações para as Assembléias Gerais serão feitas por edital, enviados aos associados por carta com aviso de recebimento e, também, por instrumentos eletrônicos, dirigidos aos
associados, o que deverá ser feito com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, no qual constará a ordem do dia, data e hora de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Em caso de urgência que impossibilite a observância do estabelecido no caput deste Artigo, poderá a Diretoria submeter as matérias que deveriam ser deliberadas pela Assembléia Geral aos associados através de comunicação via fax (com aviso de recebimento), a ser enviada a todos os associados existentes. Nessa hipótese, os associados deverão manifestar-se à Diretoria via fax (com aviso de recebimento) dentro de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação da Diretoria, sendo considerada válida a deliberação que contar com manifestação de mais de 2/3 (dois terços) dos associados existentes. A decisão proferida nos termos do presente parágrafo deverá ser confirmada por Assembléia Geral a se realizar em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da comunicação da Diretoria por todos os associados existentes.

CAPÍTULO V. - DA DIRETORIA

Artigo 16. - A Diretoria é o órgão administrativo e executivo da Associação. A Diretoria é composta por 4 (quatro) cargos, todos efetivos, que podem ser eventualmente acumulados, com mandato de 3 (três) anos, eleitos em Assembléia juntamente com o Conselho Fiscal, os quais poderão ser reeleitos, sendo suas funções administrativas:

(a) Presidente;
(b) Vice-Presidente;
(c) Secretário; e
(d) Tesoureiro.

Artigo 17. - A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez a cada 4 (quatro) meses, e sempre que os interesses da Associação o exigirem, com a presença de pelo menos 3 (três) dos seus membros em exercício. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.
Do ocorrido será lavrada ata em livro próprio, assinada pelo Presidente e pelo secretário da reunião.

Artigo 18. - Compete à Diretoria:

(a) administrar a Associação, cumprir e fazer cumprir os seus estatutos e regulamentos internos;

(b) reunir-se ordinariamente, ou extraordinariamente sempre que fatos relevantes o exigir;

(c) contratar e demitir empregados; e

(d) estudar e propor alterações estatutárias e segmentos que visem assegurar aprimoramentos e a eficiência da Associação.

Artigo 19. - Compete ao Presidente:

(a) representar legalmente a Associação, seja judicial ou extrajudicialmente;

(b) coordenar e dirigir as relações com instituições públicas;

(c) coordenar e dirigir as relações com particulares;

(d) pôr em prática as decisões da Assembléia Geral;

(e) submeter à apreciação da Assembléia Geral os projetos de planos e Programas da Associação;

(f) submeter à apreciação da Assembléia Geral o relatório anual das atividades da administração;

(g) submeter à apreciação da Assembléia Geral o orçamento anual da Associação;
(h) propor à Assembléia Geral a política de administração de pessoal, através da criação de cargos;

(i) celebrar os atos, contratos e convênios de qualquer espécie, em nome da Associação; celebrar todo tipo de contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas. Em caso de contratos e convênios nacionais e internacionais cujo valor exceda a importância de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato, será requerida a autorização da Assembleia Geral;

(j) zelar pela conservação dos bens e pela correta aplicação dos recursos da Associação;

(k) adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens móveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu objeto social. No caso do valor dos bens exceder a importância de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato, será necessária a autorização da Assembleia Geral;

(l) adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens imóveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu objeto social, com a autorização da Assembleia Geral;

(m) constituir procuradores para todos os tipos de assuntos administrativos, judiciais ou extrajudiciais;

(n) elaborar um inventário de ativos de propriedade da Associação;

(o) propor ao Conselho Fiscal o orçamento anual;

(p) admitir e dispensar funcionários administrativos;

(q) supervisionar todos os serviços bem como a escrituração contábil da Associação;
(r) baixar instruções sobre os serviços da Associação;

(s) convocar e presidir reuniões e Assembléias Gerais;

(t) receber em nome da Associação doações, legados, auxílios e subvenções destinadas à Associação, podendo assinar contratos, acordos, convênios, compromissos e recibos;

(u) decidir a votação, caso ocorra empate nas decisões a serem tomadas em reuniões da Diretoria; e

(v) as demais tarefas que lhe caibam, pela natureza de suas funções.

Artigo 20. - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências.

Artigo 21. - Compete ao Secretário:

(a) substituir o Vice-Presidente em seu eventual impedimento;

(b) lavrar as atas das reuniões da Diretoria em livros próprios;

(c) fazer toda e qualquer correspondência da Associação;

(d) tomar sob sua guarda o material de expediente da Associação;

(e) redigir um relatório anual das atividades da Associação, a ser assinado juntamente com o Presidente; e

(f) prover o abastecimento de todos os insumos necessários aos trabalhos da Associação, administrando os recursos disponíveis, de acordo com os demais membros da Diretoria.

Artigo 22. - Compete ao Tesoureiro:
(a) receber e registrar em livros próprios toda e qualquer declaração pecuniária devida à Associação;

(b) apresentar relatórios periódicos do movimento de caixa;

(c) movimentar as contas bancárias, dando também quitações de recebimento, responsabilizando-se pela guarda dos talonários de cheques, controles bancários e documentos patrimoniais;

(d) fazer um balanço anual de todo o movimento da Associação e um orçamento para o exercício futuro, assinado em conjunto com o Presidente;

(e) assinar, endossar, emitir cheques ou ordens de pagamento, contabilizando as contas e demais encargos da Associação, em escrituração organizada e atualizada no livro Caixa da Associação; e

(f) facilitar o recebimento de donativos diretos e indiretos através do fornecimento de boletos bancários próprios, ou outras formas.

CAPÍTULO VI. - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 23. - O Conselho Fiscal é integrado por 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, associados ou não, com mandato de 3 (três) anos cada, eleitos em Assembléias Gerais juntamente com a Diretoria, os quais poderão ser reeleitos.

Artigo 24. - Ao Conselho Fiscal compete, como órgão fiscalizador da administração, examinar e opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Diretoria da Associação.

CAPÍTULO VII. - DO PATRIMÔNIO
Artigo 25. - O patrimônio social será constituído pela contribuição dos associados ou de terceiros, rendas diversas, donativos, legados, subvenções, doações ou qualquer outro auxílio recebido e pelos bens que a Associação vier a adquirir.

Parágrafo Único - O patrimônio social será aplicado exclusivamente no país e no desenvolvimento de seus fins sociais.

Artigo 26. - A Associação poderá ser dissolvida e liquidada nas seguintes hipóteses:

(a) se, transcorridos 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua fundação, não houver dado início às suas atividades;

(b) se for cancelada a sua personalidade jurídica;

(c) por extinção de seu patrimônio ou dissipação dos bens destinados à sua manutenção, de acordo com a legislação brasileira;

(d) por impossibilidade de dar andamento aos seus objetivos;

(e) por decisão unilateral da UTPMP CHILE; e

(f) pelas demais causas previstas em lei.

Artigo 27. - Em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social, devidamente escolhida pelos associados-fundadores ou, na sua impossibilidade, pela maioria dos associados reunidos em Assembleia Geral. O Diretor Presidente é liquidante nato da Associação. Em caso de impedimento, a Assembleia Geral poderá nomear outro membro do quadro social.

Parágrafo Único - A Associação somente poderá ser dissolvida com a
aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral, exigindo-se para sua aprovação, os votos da maioria absoluta dos presentes em primeira convocação, ou com 1/3 (um terço) dos presentes nas convocações seguintes.

Artigo 28. - O patrimônio social é distinto do dos associados, que não respondem subsidiariamente, tampouco solidariamente, pelas dívidas da Associação.

CAPÍTULO VIII. - DA PRESTAÇÃO DE CONTA

Artigo 29. - A prestação de contas da Associação observará no mínimo:

(a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

(b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

(c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termo de parceria, conforme previsto em regulamento; e

(d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 30. - Os cargos de direção serão exercidos sem direito a qualquer remuneração, cujas atuações são inteiramente gratuitas. A Associação não distribui entre seus associados-fundadores, diretores, conselheiros, associados e
mantenedores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Os candidatos a qualquer cargo de direção ou fiscalização deverão ser idôneos e maiores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Único - Haverá a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da Associação que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Artigo 31. - É vedado ao Presidente e ao Tesoureiro em exercício o uso de assinaturas em nome da Associação para avais ou quaisquer outras garantias em negócios que não sejam do interesse desta Associação.

Artigo 32. - A destituição de administradores, a reforma e a alteração do presente Estatuto Social só poderão ser feitas em Assembleia Geral Extraordinária, para este fim convocada, exigindo-se para sua aprovação, os votos da maioria absoluta dos presentes em primeira convocação, ou com 1/3 (um terço) dos presentes nas convocações seguintes.

Artigo 33. - Se a Associação obtiver e, posteriormente, perder a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período que durou a qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.”

Item (ii) da Ordem do Dia – Os associados procederam então à eleição dos membros da Diretoria da Associação, tendo elegido, por unanimidade de votos, as seguintes pessoas para ocupar os respectivos cargos da Diretoria da Associação: Diretor Presidente, Mario José Navarro Rodríguez, chileno, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Ibérica, n°40, casa 135, Tamboré 6, CEP 06543-502, portador da Cédula de Identidade Chilena
n°10.142.800-1, portador do RNE n° V444990-O e inscrito no CPF sob o n° 231892918-10; Diretor Vice Presidente, Fernanda Lima e Silva, brasileira, solteira, graduada em Relações Internacionais, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Herculano de Freitas, 131, apartamento 86, Cerqueira César, CEP 01308-020, portadora da Cédula de Identidade (RG) n° 33.389.766-3 e inscrita no CPF sob o n° 307.593.418-69; Secretário, Ricardo Moyano Monreal, chileno, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Steinen, 32, apartamento 111, Paraíso, CEP 04004-010, portador da Cédula de Identidade Chilena n° 10.654.400-K, portador de Carteira Funcional diplomática expedida pelo Ministério das Relações Exteriores n° 17.204-00/ 2273 e inscrito no CPF sob o n° 232.086.908-51; e Tesoureiro, José Roberto Pinto Carneiro, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, contador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Godoy, 195, apartamento 21, Perdizes, CEP 05015-000, portador da Cédula de Identidade (RG) n° 7781292-X2, e inscrito no CPF sob o n° 760705308-53. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos, que será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2011.

**Item (iii) da Ordem do Dia** – Os associados deliberaram pela instalação do Conselho Fiscal.

**Item (iv) da Ordem do Dia** – Os associados determinaram que a Diretoria inicie a escrita contábil da Associação e tome todas as providências para que a Associação passe a estar aparelhada para o recebimento das contribuições sociais. Os associados aprovaram também, por unanimidade, dar prosseguimento aos atos tendentes ao início das atividades da Associação, determinando que, para tanto, a Diretoria proceda à inscrição da Associação perante os órgãos competentes, em especial perante a Secretaria da Receita Federal.

**VI.- QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:**

Todas as deliberações refletidas na presente ata foram aprovadas por unanimidade de votos.
VII. - ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém fez uso da palavra, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata que, depois de aprovada, foi assinada por todos.

São Paulo, 1º de setembro de 2008.

Presidente da Mesa

Mario José Navarro Rodríguez

Secretário da Mesa

Ricardo Moyano Monreal

ASSOCIADOS:

UN TECHO PARA MI PAÍS

P.p. José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles
ORDEN RELIGIOSA LA COMPAÑÍA DE JESÚS

P.p. José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles

Diretores

Mario José Navarro Rodríguez

Fernanda Lima e Silva

Ricardo Moyano Monreal

José Roberto Pinto Carneiro

Visto do Advogado:

Nome: José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles
OAB nº: 93.134